

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

**EDITORIAL: O CAMINHO DOS
COMUNISTAS DO PCB NAS ELEIÇÕES** PG.2

**O "NOVO" ENSINO MÉDIO NA BAHIA: PRECARIZAÇÃO
DISFARÇADA DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL** PG.4

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA PG.6

**MÊS DA MULHER E A LUTA CONTRA
VIOLÊNCIA DE GÊNERO** PG.8

**ENTREVISTA DO MOMENTO - DOCUMENTÁRIO
SOBRE OS 100 ANOS DO PCB: EDMILSON COSTA** PG.12

**CAVALO DE TROIA: MONOTRILHO VENDIDO COMO VLT E OS
ATAQUES DE RUI COSTA À POPULAÇÃO DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO** PG. 15

**A PARALISAÇÃO NACIONAL DOS ENTREGADORES
E SEUS REFLEXOS EM SALVADOR** PG. 18

**SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022
BIOGRAFIA DE GIOVANI DAMICO** PG.20

**ESPAÇO CULTURAL - NOVA LITERATURA
BRASILEIRA: UM ESPAÇO EM DISPUTA** PG.21

MEMÓRIA - PCB: 100 ANOS DA FÊNIX VERMELHA PG.23

O caminho dos comunistas do PCB nas eleições



Foto: Marri Nogueira/Agência Senado

Por Giovani Damico

O ano de 2022 bateu em nossa porta, entrou, e finalmente serviu à mesa um menu repleto de contradições, embates, reviravoltas e crises. Ainda que o ano ainda esteja no início, começa com um sentimento de déjà-vu, uma vez que o xadrez eleitoral já vinha movimentando suas peças, queimando largada desde o final de 2018. Afinal de contas, a maior parte das forças políticas no país enxergam na institucionalidade e nas disputas eleitorais o cerne do movimento da história. Os comunistas, por sua vez, já de longa data, vêm apontando uma centralidade diferente, para a qual reside nas ruas o verdadeiro nó que embaraça as contradições sociais e a luta de classes. Para os comunistas, em especial para o centenário PCB, o momento eleitoral se trata exatamente de um momento, uma parte da política com um potencial limitado para conduzir as transformações sociais. As eleições seriam, assim, a expressão institucional do atual estado das coisas e deveriam ser pensadas como uma brecha para alavancar aquilo que se espera de mudanças substanciais na sociedade.

O PCB, popularmente conhecido como Partidão marca, neste ano, o seu centenário, completado no dia 25 de março de 2022. Além disso, o partido completa, também, um segundo aniversário: os 30 anos de seu movimento de refundação, conhecido como a “Reconstrução Revolucionária”. Neste ano, com dois aniversários importantes e em um cenário no qual as eleições assumem papel de grande relevância, se faz mister revisitar o papel histórico do PCB nas eleições, mas sobretudo olhar para a intervenção atual que os comunistas vêm pautando no processo eleitoral. O partido marcou os anais da história do Brasil, elegendo 14 deputados constituintes em 1946, além de Luíz Carlos Prestes para o Senado, e tendo, também, lançado o primeiro candidato negro à presidência da República. O PCB chega em 2022 renovado, e com uma política eleitoral alinhada às suas mediações táticas, ou seja, parte dos esforços que pavimentam caminho para seu programa máximo na construção do Poder Popular.

Nos anos da ditadura o PCB teve um papel de enorme importância na organização das lutas em torno da pauta democrática, na resistência popular e nos processos que culminaram na reabertura da democracia. Tendo

sido alvo número um em perseguições políticas, o PCB terminou os anos 80 sofrendo com as mazelas dos anos de ilegalidade, baixas políticas e perda de quadros importantes, criando uma situação emblemática, na qual um fundamental operador político das lutas no Brasil terminou se submetendo a uma deriva política de caráter taticista, a partir da qual se esvaziou pouco a pouco o teor revolucionário do Partido, o que culminou no trágico processo de liquidação do PCB que sucedeu o final da década de 80 e início dos anos 90.

Com a virada política ocasionada pela reconstrução revolucionária, se abriu um novo capítulo na história do Partidão, que por um lado tem renovado seu ímpeto e firmeza em suas formulações, mas por outro lado sentiu o peso da queda do bloco socialista e da URSS, além das perdas políticas geradas pelas tentativas de liquidação. Veio, assim, um período complexo, no entanto riquíssimo de novos aprendizados. É neste cenário em que a questão eleitoral se vê reposicionada na linha política do partido, que, ao mesmo tempo em que abandona qualquer ilusão de caráter reformista, social-democrata ou eurocomunista, com uma crença cega na institucionalidade, o partido está promovendo uma linha que foge de um sectarismo esquerdista, e localiza no processo eleitoral um terreno fértil para disputa ideológica, para o fortalecimento das bases sociais, e quando possível, para adentrar as brechas da institucionalidade, reforçando o trabalho político no seu sentido amplo e no seus objetivos centrais em torno da luta de massas a ser constituída nas ruas e no campo.

Nesta perspectiva das eleições enquanto “trampolim” para organização geral do Partido e da classe trabalhadora, o PCB vem construindo lentamente uma trajetória de disputa eleitoral associada a movimentos de massas, à inserção direta e concreta na classe, seja nas lutas populares, nos bairros, nos sindicatos, no campo, na organização da juventude, ou nos movimentos de lutas contra as opressões de gênero, raça e sexualidade. As eleições figuram assim como expressão institucional daquilo que o Partido coloca em prática em suas bases sociais. Desde os idos dos anos 2000 se intensificam paulatinamente as construções autônomas de candidaturas do PCB, que não se exime de construções conjuntas, analisando as diferentes situações e conjunturas. Com a guinada à direita promovida pelo Partido dos Trabalhadores, sobretudo a partir de 2005, o PCB rompe com o PT, reforçando a construção de um programa eleitoral próprio, que virá a compor algumas alianças táticas com partidos da esquerda nos anos seguintes.

Na atual conjuntura, marcada pela crise em partes expressivas da esquerda que transitam aceleradamente de um programa social-democrata já tímido, para o neoliberalismo com um verniz suave de preocupações sociais, se cria um cenário de composições entre esta esquerda moderada e setores da direita. Alianças como estas se expressam em candidaturas como Lula-Alckmin, ou nas vacilações do PSOL, que para além da perda de quadros para setores ainda mais recuados, tem promovido um giro em direção ao PT, apostando na composição ministerial com o Partido dos Trabalhadores, abrindo mão de candidaturas próprias para presidência da república,



e para o governo de diversos estados, como no caso de Guilherme Boulos em São Paulo. A política de federações anuncia agora como farsa aquilo que já se apresentara como farsa, confirmando associações cada vez mais duvidosas pautadas em um suposto pragmatismo, que coloca no balcão de negócios os ideários políticos, rifados em projetos de conciliação com representantes do capital.

Neste cenário o PCB tem apostado cada vez mais em suas candidaturas próprias e alianças pontuais com segmentos mais avançados. Em 2014 o Partido lançou sua candidatura para a presidência da República na chapa Mauro Iasi e Sofia Manzano, e embora tenha optado por apoiar Guilherme Boulos em 2018 para presidência, vem revendo a política de alianças, uma vez constatadas as vacilações de setores outrora aliados. Em 2020 o PCB optou por um programa político mais voltado para sua autoconstrução, contando com importantes candidaturas para vereança em diversas capitais, mas é em 2022 que o PCB firma efetivamente uma política eleitoral coesa, coerente com sua linha, colocando em marcha diversas pré-campanhas próprias seja nas pré-candidaturas proporcionais, seja nas pré-candidaturas majoritárias Brasil afora.

A tática eleitoral do PCB em 2022 aposta, assim, na pré-candidatura da Professora e Economista Sofia Manzano para presidência da república, como ponta de lança de um projeto radicalmente popular, orientado tanto para medidas imediatas para retirada do Brasil da crise, como, ao mesmo tempo, para reestruturação das relações de poder, tirando da institucionalidade o eixo das lutas e da política, trazendo à tona a pauta das ruas, bem como o papel do proletariado e da luta de classes como articulador e equalizador da política em geral. Junto à candidatura de Sofia Manzano, emergem candidaturas proporcionais nos estados, que já foram anunciadas nos principais estados brasileiros, como no caso da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

No estado da Bahia o PCB optou por disputar as eleições com uma candidatura própria para o Governo do Estado, anunciada no último dia 11 de março e prepara para os próximos dias o lançamento de suas candidaturas proporcionais para Deputados Federais. Emerge assim uma plataforma política com um programa local, pautado nas demandas regionais com suas especificidades, mas ao mesmo tempo, associada a um programa geral que

dê conta de dar início a algumas das transformações urgentes da realidade brasileira. O PCB chega em 2022, portanto, com uma agenda eleitoral viva, robusta, e que promete disputar o terreno político nesta via, tensionando por um programa de esquerda e abraçando as bandeiras históricas deste campo político que foram abandonadas por diversos de seus outrora signatários.

O programa político apresentado pelo PCB – ainda em caráter parcial – aponta alguns elementos centrais: A revogação imediata do teto de gastos, rompendo com a agenda neoliberal sob o mantra da “responsabilidade fiscal”, reconduzindo o Estado para o papel de ator central na economia do país, direcionando assim investimentos público não apenas para infraestrutura, mas para a inserção estratégica do estado como ator econômico, criando e consolidando empresas públicas, reforçando o serviço público, investindo em carreiras e concursos, promovendo um processo de nacionalização e reestatização das empresas públicas, bancos e todos setores estratégicos, criando condições para uma política de pleno emprego. Ao lado disso vem uma política de investimento na saúde e educação de caráter público, gratuito e de qualidade, rompendo com as transferências de recursos públicos para a iniciativa privada, bem como com os projetos de precarização dos serviços públicos e da segurança social. O PCB almeja, ainda, um projeto que contemple as questões ambientais, incorporando novas matrizes energéticas, em associação às preocupações das comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas. Por fim é pautada uma nova política de segurança pública, pondo fim à guerra às drogas. Tal proposta traz a desmilitarização da polícia como uma de suas bandeiras centrais para pôr fim ao genocídio da população negra e das periferias do Brasil.

Aquadra histórica baiana carrega ainda alguns elementos extras, como as disputas palacianas no interior do bloco petista com seus aliados internos e externos, gerando cada vez mais fraturas. O Carlismo, por sua vez, busca retomar o centro da política baiana em um cenário no qual o legado petista, marcado pelos governos Wagner e Rui Costa, pouquíssimo se diferenciaram das práticas carlistas e da agenda neoliberal. Tal cena cultiva um fermento extra para a mobilização de alternativas, e o PCB promete não perder a oportunidade de mostrar a que veio.



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,

João Abreu e Rafaela Fraga

Editora

Camila Oliver

Diagramação e Capa

João Abreu



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

Giovani Damico, Ariana Rocha, Tasila Possidonio,

Hélio Messeder Neto, Rodrigo Cabral, João Pedro

Oliveira Magalhães e Gideão Feliciano

Revisora Responsável

Rafaela Fraga

Colaboradoras da Revisão

Luiza Brandão e Anna Luiza

contato@omomento.org | www.omomento.org

O “NOVO” ENSINO MÉDIO NA BAHIA: PRECARIZAÇÃO DISFARÇADA DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL



Foto: Divulgação / Secretaria de Educação Governo da Bahia

Por Hélio Messeder Neto

O Brasil vem sofrendo uma transformação no seu Ensino Médio. A lei nº 13.415/2017, sancionada no governo Temer, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu que o Ensino Médio deveria ser modificado na sua estrutura e na carga horária. Nesse novo modelo, os alunos teriam, inicialmente, um núcleo básico contendo as disciplinas já conhecidas (Português, Química, Matemática, História, etc), e depois poderiam optar por um itinerário formativo onde aprofundariam os conhecimentos em uma determinada área (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Os estudantes poderiam, ainda, optar por um

quinto eixo, que seria a formação Técnica Profissional, e sair dessa etapa do Ensino Básico prontos para entrar no mercado de trabalho.

As justificativas para essas mudanças são diversas, como por exemplo, a alta evasão ou a saída dos estudantes do Ensino Médio sem saber fazer contas básicas e sem dominar a Língua Portuguesa. Os argumentos não param por aí: dizem que a escola atual não estaria pronta para essa nova geração e nem para um mundo em profundas mudanças. Um mundo, dizem eles, que exige formação flexível e que desenvolva nos jovens competências e habilidades para que eles se adaptem a essa vida de grandes mudanças. Os textos falam também em protagonismo estudantil, uma



vez que, com o currículo flexível, os estudantes poderão ter autonomia e liberdade para fazer escolhas, tornando-se protagonistas da sua própria história.

Esse discurso sedutor e aparentemente interessante esbarra na dureza da realidade. Na Bahia, as salas de aula seguem lotadas, a carga horária dos professores segue alta e a ausência de materiais e infraestrutura nos espaços escolares é notória. Sem mudar as condições objetivas da escola, o Governo da Bahia não enfrenta o descaso com o Ensino Médio. Disfarça, põe um discurso bonito, sem melhorar as condições de trabalho e estudo do professor e dos estudantes.

Mas a barbárie com essa nova reforma é ainda mais profunda. Com esse Novo Ensino Médio (NEM), a chamada “flexibilização do currículo” é, na prática, diminuição da carga horária de muitas disciplinas básicas que são substituídas por matérias aleatórias e frágeis, como o componente “Projeto de Vida”, que tem como um dos eixos ensinar o estudante a empreender. Essa disciplina, no fim das contas, é a implementação de uma ideologia que culpa o aluno pelo seu próprio fracasso e pelo índice de desemprego alarmante que assola o nosso país. Falta estrutura para o chamado Itinerário Técnico-Profissional. O que vemos são as escolas que já começaram a implementação do NEM fazendo improvisos com a pouca verba que chega, e oferecendo cursos de baixa qualidade.

O Governo da Bahia dispõe ao estudante a opção de escolher entre um Ensino Técnico sucateado ou um Ensino Básico rasteiro, em que o aluno escolhe precocemente a área que deseja estudar e é esvaaziado das outras. Longe da preocupação da chamada Formação Integral, o que vemos é um ataque frontal ao direito do estudante de conhecer o patrimônio cultural amplo e rico produzido pela humanidade. O NEM não formará para o mercado de trabalho e não garantirá ao estudante conhecimentos para que ele possa ingressar na faculdade.

Dar aos estudantes essas tristes opções, caros leitores, não é valorizar protagonismo estudantil: é a precarização da escola

Em uma [apresentação do Novo Ensino Médio promovida pela Secretaria de Educação do Estado](#), o que vemos é um discurso messiânico que convida os professores a esforçarem-se, mudarem sua mentalidade e fugirem do ensino mecânico; caso contrário, essa reforma não funcionará. Nas entrelinhas, é possível perceber o quanto esse discurso visa mostrar que, se algo der errado nesse NEM, o culpado já foi encontrado: o professor.

O NEM é mais um ataque aos filhos da classe trabalhadora, e serve ao sucateamento da escola pública. Na Bahia, o requinte de crueldade está em apresentar essa reforma entre sorrisos, como algo incrível, feito pelo coletivo, quando na verdade sustenta o interesse de manter a educação pública em frangalhos.

Precisamos resistir a essa reforma e mostrar aos estudantes que os direitos deles estão sendo retirados. Alunos ocupando as escolas de modo organizado parece ser a forma mais imediata de resistirmos a esse retrocesso no cenário educativo. Com certeza, uma ocupação organizada ensinará muito mais aos jovens sobre a luta e a vida do que um componente chamado “Projeto de Vida”.

Professores, alunos e comunidade escolar da Bahia, uni-vos contra o Novo Ensino Médio!

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA



Foto: Ministério da Defesa - Ucrânia

Por Rômulo Caires

Vimos, no último mês, uma enxurrada de opiniões e análises sobre a temática da guerra, muito influenciada pelos acontecimentos na Ucrânia. O que salta aos olhos à primeira vista é a construção midiática da Guerra, invocando toda espécie de argumento para a crítica da violência em si e a defesa imediata da paz como solução definitiva. Neste texto, nos propomos a apresentar a seguinte tese: não existe A Guerra; isto é, existem guerras em particular, situadas historicamente e respondendo a conflitos concretos postos pela sociedade em questão. Para tanto, nos utilizaremos de reflexões clássicas e contemporâneas feitas dentro do campo revolucionário, a fim de indicar uma propedêutica para pensar as guerras e sua vinculação direta, em nossos tempos, aos conflitos gerados pela dinâmica da luta de classes em escala internacional.

As diferenças essenciais entre os socialistas e os pacifistas são a compreensão de que as guerras estão umbilicalmente ligadas à luta de classes no interior do país, e o entendimento de que é impossível suprimir as guerras sem suprimir as próprias classes sociais no processo de edificação do socialismo. Além disso, os socialistas reconhecem o caráter legítimo, progressista e necessário das guerras promovidas pelas classes oprimidas contra as classes opressoras. Nesse sentido, não basta, para os marxistas, negar em abstrato o caráter de uma determinada guerra sem antes estudar todo o processo histórico que teve como resultado esta ou aquela guerra em particular, diferenciando o conteúdo de classe que está envolvido nela.

A importância desses apontamentos iniciais

reside no fato de que nem toda guerra situada no interior do conflito de classes tem caráter regressivo. Pensemos nas guerras promovidas para destruir instituições nocivas e reacionárias, como as diversas guerras de libertação nacional ocorridas nos séculos XIX e XX; ou nas guerras que possibilitaram o fim de instituições bárbaras, como a escravidão nos Estados Unidos da América. Pensemos, ainda, nas guerras revolucionárias que varreram as instituições feudais na Europa ocidental, ou nas guerras revolucionárias que possibilitaram a edificação do socialismo na Rússia e na China.

Ao se equiparem todas as guerras com o mesmo rótulo abstrato, podemos cometer ao menos três equívocos, que estão diretamente interligados: o primeiro é confundir a violência do oprimido com a violência do opressor; o segundo é mistificar, ocultar e desviar o fato de que as classes opressoras promovem, diuturnamente, uma guerra contra os trabalhadores e povos oprimidos; por último e não menos importante, é não sermos capazes de perceber a necessidade econômica e estrutural da guerra como promotora da acumulação capitalista, do imperialismo e da reprodução da sociedade burguesa, ao recusarmos a análise materialista desta guerra.

A crítica da violência enquanto tal tem sido, nos últimos tempos, um locus fundamental da análise de recorte liberal. Supõe-se que a essência da realização social está na conformação dos indivíduos enquanto seres dotados de razão e dispostos a negociar ou constituir contratos que estabeleçam as regras necessárias ao bom funcio-



namento da sociedade. O problema, então, estaria na “polarização”, nos “extremistas” e naqueles que não estariam dispostos a compreender o outro enquanto igual em direitos e deveres. A liberdade assume, assim, um mero caráter formal e destituído de qualquer concretude histórica, sendo um dever-ser que todos precisam almejar, independente de qualquer condição material.

O que é recalcado neste tipo de formulação é a própria história real do liberalismo, ou seja, como ele se desenvolveu na prática enquanto ideologia fundamental da sociedade burguesa, com o intuito de apagar as próprias contradições e se levantar enquanto teoria “neutra” e “democrática”. A história concreta do liberalismo é também a história da barbárie colonial, da justificação das opressões a partir de critérios de quem seriam os verdadeiros humanos e quem estaria fora deste local e poderia, portanto, ser condenado ao extermínio.

Lembremos como o liberalismo justificou a escravidão nas colônias e justifica até hoje a rapina e a espoliação das classes trabalhadoras. Ao colocar qualquer recusa destes “falsos-universais” criados pelo liberalismo, ou a recusa daqueles que sofreram na pele a opressão do colonialismo e do capitalismo como “violência”, visa-se impedir que os oprimidos possam se defender da real violência que sofrem e que possam se organizar para modificar radicalmente a sociedade atual.

Não precisamos ir longe para perceber o caráter de guerra promovido constantemente pelas classes dominantes, como por exemplo, pela burguesia interna do Brasil. A própria formação e reprodução do capitalismo foi – e é – marcada pela violência mais brutal. Marx denunciava em sua obra magna como a ideia de uma “acumulação primitiva”, que seria realizada pelos meios mais idílicos (como através do trabalho perseverante e pela poupança de recursos), na verdade, se constituía numa mitologia da origem do capitalismo. O fato é que o capitalismo se formou a partir da rapina, da destruição de povos originários, de guerras de invasão, de massacres e de escravidão.

O Estado, este ente considerado pelos ideólogos da burguesia como uma instância acima dos conflitos e responsável pela mediação dos diversos interesses em jogo na sociedade, se formou enquanto aparato de dominação de classe e sempre foi responsável pela justificação da violência contra os trabalhadores e setores oprimidos da sociedade. Pois é o Estado brasileiro responsável pelas violências diárias mais absurdas, pelo encarceramento massivo da população negra, pelo extermínio puro e simples daqueles que não são considerados suficientemente humanos para exercerem direitos básicos de existência. No Brasil, vivemos uma verdadeira guerra civil disfarçada de política de segurança pública.

Ao pensarmos o desenvolvimento do capitalismo e suas condições estruturais de violência, não podemos esquecer de uma transformação fundamental ocorrida no fim do século XIX e início do século XX, chamada por Lênin de “fase superior do capitalismo”. Trata-se do imperialismo e sua tendência imanente de promover os conflitos interestatais em prol da repartição do mundo, da manutenção artificial do capitalismo, dos monopólios e das opressões nacionais de toda espécie. A própria indústria da guerra é um componente fundamental do imperialismo e uma das condições econômicas fundamentais de sua existência. Essa dinâmica tornou-se ainda mais radical nas últimas décadas, com a substituição do chamado Welfare State (estado de bem-estar social) pelo Warfare State (equivalente a “estado de guerra”).

Hoje, os EUA são responsáveis por mais da metade dos gastos com armamentos no mundo, com mais de 800 bases militares espalhadas pelo globo, e produzem uma verdadeira “teologia de guerra” ao se colocarem como “Nação Escolhida” para representar a liberdade e levá-la aos outros países do mundo, processo também conhecido como “imperialismo dos Direitos Humanos”. Além de salvaguardar os enormes lucros da indústria armamentista ao promover conflitos artificiais e invadir outros países, os Estados Unidos garantem uma cortina de fumaça à sua população sobre as graves contradições internas no país.

A guerra, em qualquer lugar, tem a função de dirimir as oposições ideológicas e promover uma falsa ideia de unidade nacional. Falsa, dentre outras coisas, porque sabemos quem é que se torna bucha de canhão nas trincheiras de guerra e não é reconhecida como autêntica produtora da riqueza social: a classe trabalhadora.

Nesse sentido, a tradição marxista nos convida a pensar criticamente a temática da guerra, vinculando diretamente as origens das guerras em nosso tempo com as contradições e conflitos promovidos pela luta de classes. Faz-se necessário, antes de qualquer coisa, estudar profundamente as regiões em conflito, analisar as diversas forças atuantes e buscar sempre o vínculo com a totalidade da produção social.

Precisamos apontar com toda firmeza o vínculo das guerras com as condições reprodutivas da sociedade capitalista e defendermos a superação desse modo de vida, como únicas condições da verdadeira paz. Certamente, esta não será a supressão de qualquer conflito, aos moldes de um sonho religioso; mas, sim, a supressão da maior violência existente: a violência das classes sociais.

MÊS DA MULHER E A LUTA CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO



Foto: Facebook CFCAM BA - 8M em Feira de Santana

Por Ariana Rocha e Tasila Possidonio - Militantes do CFCAM - núcleo Feira de Santana

Ao longo da história das sociedades, a mulher enquanto ser social foi fundamental para a consolidação de condições de existência avançadas. Foram elas as protagonistas de processos de luta e resistência, seja indígena, quilombola ou LGBTQIAP+, além de estarem presentes em movimentos de libertação de seus povos e movimentos revolucionários em momentos nos quais a nossa existência política e civil fora questionada e até mesmo negada. As conquistas alcançadas até hoje só foram possíveis devido à luta organizada de trabalhadoras e trabalhadores pela superação desse modelo de sociedade, na resistência à retirada de direitos básicos e na busca por melhores condições de vida para a nossa classe.

O modo de produção capitalista, alicerçado no patriarcado e em estruturas racistas, vem alimentando, ao longo da história, um contexto sexista, explorador e dominador. Sobre seu firmamento, o poder burguês, branco, heterocisnormativo e misógino determina uma teia sistemática de relações sociais fundamentadas nos princípios dominantes, reforçando um aparato ideológico pautado em processos de naturalização desta discriminação.

São distintas e não generalizadas as formas de violência que recaem sobre essa parcela da classe trabalhadora, variando entre violência de gênero, violência contra mulheres, violência doméstica e violência intrafamiliar. Entendemos ser mais amplo o conceito de violência de gênero, que abrange "[..]

vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos (e sexualidades). No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio." (SAFFIOTI, 2001, p. 116; grifos nossos). Como apenas a ideia do gênero patriarcal dominante não é suficiente para assegurar a obediência das potenciais vítimas, o homem, especialmente aquele que é cis, branco e heterossexual, sente a necessidade de fazer uso da violência para manter seu projeto.

A problemática de gênero destaca-se como um fenômeno cruel de estruturas opressivas que avança na modernidade enquanto crise aguda de caráter mais violento e doloroso (KOLLONTAI, 2005). No Brasil especificamente, onde o conservadorismo restabelece fortemente os velhos costumes familiares, com a eleição da extrema direita em 2018, a gestão bolsonarista tem na figura da Damares Alves (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos) o que há de mais reacionário e conservador. Contrária ao movimento feminista e LGBTQIAP+, e às pautas históricas de gênero, a ministra defende a família tradicional sob a lógica dos preceitos cristãos¹; indo na contramão da laicidade do Estado, seu discurso veicula ideais patriarcais de dominação-exploração² e opressão, coadunando com a teoria da resignação e passividade. Isto lhe imprime tamanho grau de distorção da realidade que a torna incapaz de imaginar



a possibilidade de libertação (MARCHEL, 1973) e de perceber que o lugar que ocupa hoje só lhe foi possível graças às lutas feministas e antiopressão.

O que está posto para nós, mulheres brasileiras, é a necessidade da organização de uma luta frente às políticas em curso. Diante da instauração do conservadorismo no poder, muitos debates serão levantados, provocando comoção pela aparência, enquanto a sua real intenção fica escondida. Para esse momento é fundamental a participação das trabalhadoras a partir da organização em seus espaços de trabalho, estudo e moradia. Dessa forma, nós, mulheres do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, nos empenhamos na luta em defesa da classe trabalhadora, sendo fundamental a unidade de ação com as forças combativas. É importante lembrar das camaradas da América Latina que avançam na reivindicação de direitos reprodutivos que minimizam a situação de violência e morte de mulheres.

No mês de março, convidamos todas as mulheres a marcharem em resistência contra esses ataques. É de fundamental importância a participação nas mobilizações nas cidades: se organizem em seus bairros, trabalhos, escolas e universidades contra posicionamentos conservadores que ratificam a soberania da lógica patriarcal e pretendem refrear as críticas à sua ideologia. Os ataques aos movimentos feministas (reduzindo-os e padronizado dentro de um modelo) tentam desarticular as lutas sociais das mulheres (consoante às demais categorias sociais oprimidas).

Indo na raiz da questão sobre as lutas contra a violência de gênero e contrariando a visão capitalista e liberal que se tornou hegemônica, é importante resgatar o fato de que o dia 08 de Março não surgiu de um evento isolado, mas sim através de uma progressão de eventos incentivados pelas mulheres do Partido Socialista Americano. Em busca pelo sufrágio feminino e direitos políticos, as trabalhadoras estadunidenses organizaram diversas manifestações e encontros pelo país, originando em 28 de fevereiro de 1909, o Woman's Day, iniciativa essa que culminou em um dia dedicado especialmente à luta feminina em uma conjuntura nacional.

Em 1910, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras, Clara Zetkin, líder do movimento internacional das mulheres socialistas, apresentou a importância da organização de um dia destinado à mulher trabalhadora. A conferência decidiu que todos os anos, em todos os países, no mesmo dia, deveria ser celebrado o "Dia da Mulher" sob o lema "O voto para as mulheres unirá a nossa força na luta pelo socialismo".

A luta pelo voto não era somente uma reivindicação qualquer e de cunho meramente eleitoral: mostrando-se como um mecanismo de recrutamento para as mulheres socialistas, fortaleceu a educação política e a consciência de classe. As operárias, assim como os trabalhadores da época, também eram responsáveis pela participação na economia do país: trabalhavam em oficinas ou como empregadas domésticas, contribuindo com a acumulação de riquezas, mas sem direito à participação política.

Outra reivindicação se fazia pela carestia da vida, o aumento dos preços antes da guerra onde a exploração pela classe burguesa tornou-se tão intensa que donas de casa decidiram sair do seu "conforto" e pacifismo rumo aos protestos.

Após intensas articulações, foi decidido em 19 de março de 1911, no II Congresso Internacional da Mulher Socialista, um dia dedicado a elas, pelas camaradas alemãs. A data não foi escolhida aleatoriamente e tinha como significado o reconhecimento do rei da Prússia quanto à força do povo armado, cedendo à ameaça de uma insurreição proletária. Entre suas promessas, estava o direito ao voto feminino, direito esse que não foi concedido.

A comemoração foi um sucesso, sendo realizada na Dinamarca, Suécia, Áustria e Alemanha. Revelou-se um grande método de conscientização política, fortalecendo laços entre trabalhadoras de todo o mundo. Foi o primeiro grande evento realizado por mulheres militantes, reunindo cerca de 30.000 pessoas na maior manifestação. Além disso, comícios eram realizados em todas as partes, a exemplo das pequenas cidades e dos salões das aldeias.

O Women's Day foi transferido para o dia oito de Março permanecendo até os dias atuais. Apesar de ser comemorado desde 1914 pelas camaradas russas, a data ganhou impulso após inúmeras manifestações durante a Revolução de 1917. O oito de Março, muito mais que uma homenagem, representa a luta classista, contribui com a inserção das mulheres na luta política e traz a esperança de vivenciar uma realidade mais justa, longe do patriarcado, do feminicídio, e de toda crueldade que envolve o capital.

Angela Davis (2016) expõe um cenário de explícito racismo estadunidense, no qual a estrutura exploratória naturaliza a contratação de pessoas negras para serviços de limpeza, lavanderia e cozinha, pela justificativa que estavam destinadas àquilo. Esta conotação, segundo a análise, considera que a população negra é considerada pelas pessoas brancas como artifício essencial da ideologia racista, para que as pessoas negras sejam utilizadas, então, enquanto "criados". Além disso, essa ideia converge com o sexismo, através do qual as mulheres negras eram ainda mais subordinadas ao jugo do padrão e da opressão da sociedade, recebendo, por exemplo, os menores salários por qualquer atividade desempenhada, estando em piores condições, inclusive, que as mulheres imigrantes.

Segundo a militante, antes da Segunda Guerra Mundial, devido à desesperadora situação econômica das mulheres negras (elas ocupavam os piores e mais ignorados postos de trabalhos), nas esquinas de Nova York e das grandes cidades dos Estados Unidos, formavam-se grandes "mercados de escravas", os quais se assemelhavam aos leilões. Lá, as mulheres brancas iam para escolher uma mulher negra para realizarem os trabalhos domésticos, muitas vezes por pagamentos irrisórios, com acordos descumpridos, pagos, por exemplo, em roupas. Essas mulheres eram obrigadas a trabalhar por cerca de 72 horas semanais. Pela condição de extrema domina-

ção-exploração, e pelo modo de vida já muito submisso das mulheres, sobretudo das mulheres negras, o trabalho doméstico era o mais atrasado em termos organização sindical.

Tal fato, no entanto, não foi limitante para a fundação deste espaço de luta, especialmente pela sua importância. Davis destaca a relutância das mulheres brancas, entre elas as feministas, no reconhecimento da luta das camaradas trabalhadoras domésticas. Assim, embora a violência de gênero brote numa situação complexa, em que intervêm vários fenômenos, estes não são da mesma natureza e nem apresentam a mesma capacidade de determinação.

“Outras bravas lutadoras também inspiram a combatividade do 8 de março, como Dandara dos Palmares, Anastácia, Acotirene, Zeferina, que lutaram junto a muitas outras mulheres e homens escravizados pela libertação de toda sua classe. Ou de grandes artistas como Carolina Maria de Jesus e Elza Soares, que lutaram bravamente para dar voz à situação de suas vidas enquanto mulheres negras e trabalhadoras e de milhares de outras que sofrem com a miséria, a fome, o desemprego, o feminicídio, violências diversas e com os trabalhos mais precários, a exemplo do trabalho doméstico³”

Contudo, não podemos partir de uma atribuição excepcional do gênero masculino como “naturalmente” machista e dominador, pois o patriarcalismo é um comportamento edificado dentro das estruturas históricas da totalidade humana, nas quais não nos reconhecemos enquanto produto e produtores desta realidade objetiva, tornando-nos alienados dela e estranhados uns dos outros enquanto seres também humanos nas nossas relações sociais. Tendo em vista que opressão e exploração estão intimamente ligadas, sendo a primeira resultado do desenvolvimento da segunda (MARCHEL, 1973), a luta da mulher não é contra o homem, mas contra a ordem social.

“Certas de ‘que a inferioridade feminina é exclusivamente social’ (SAFFIOTI, 1987, p. 16), assim como a subalternidade de qualquer ser humano frente a outro, entendemos que essa realidade deve ser mudada no âmbito das lutas sociais. Hooks (2018) reforça o feminismo como o instrumento mais contundente na luta por uma nova forma de relação social, principalmente pelo seu entendimento de que este movimento é de caráter anti-exploração sexista e a opressão. Ele por si, não pode se afastar da dimensão social, tornando-se ponto de partida e chegada, assim como, o movimento anticapitalista precisa superar os obstáculos do machismo, sexismo, racismo, LGBTfobia, xenofobia, sem reduzi-los a identitarismos vazios (HAIDER, 2019). O grande desafio dos setores organizados da classe trabalhadora é aglutinar as massas, tornando revolucionárias as pautas dos movimentos anti-opressão, modificando as estruturas de classe e suas pautas ideológicas”. (Bispo, 2020)

Os setores mais precarizados da classe trabalhadora (negras e negros, indígenas, moradoras e moradores de periferia, trabalhadoras e trabalhado-

res informais, mulheres, dentre outros) sofrem, há muito, com uma política de genocídio. Se não o genocídio protagonizado pela violência armada da Polícia Militar nas periferias deste país, que realiza um massacre dessa população, por um genocídio outro que também mata, mas pela negação das condições mínimas da existência humana, como alimentação, saneamento básico, saúde, educação, moradia, etc, ambos gerenciados pelo Estado burguês.

Na sociedade capitalista, sob a dinâmica da luta de classes, a condição de exploração do trabalho e da violência de gênero se altera e se renova de acordo com as necessidades da realidade em contradição. O trabalho doméstico é majoritariamente realizado por mulheres negras, racionalmente mal remuneradas e historicamente desprovidas de direitos. Embora a profissão tenha sido regulamentada em 2013, das 6,3 milhões de trabalhadoras(es) que prestam serviços domésticos, apenas 1,5 milhão têm carteira assinada. As que atuam sem carteira assinada (2,3 milhões) e como diaristas (2,5 milhões)⁴ formam um grupo bastante vulnerável, sobretudo em contexto de pandemia. Muitas das que têm carteira assinada não foram dispensadas do trabalho, as que estão na informalidade continuaram trabalhando, se expondo cotidianamente ao vírus nos transportes públicos, nos supermercados, com o medo de levar o vírus para casa e contaminar os familiares, pois conhecem as condições de moradia em que vivem.

Cerca de 125 países possuem leis específicas de proteção à mulher, sendo que a legislação brasileira, representada principalmente pela Lei Maria da Penha, é considerada uma das três mais avançadas do mundo. Mesmo assim, o Brasil é o 7º país, em uma lista de 84, com o maior número de homicídios de mulheres (Mapa da Violência 2012)⁵. “No ano de 2017, houve 12.112 registros de violência contra pessoas trans e 257.764 casos de violência contra homossexuais ou bissexuais no Brasil. Foram 11 agressões contra pessoas trans e 214 contra pessoas homo/bi no país a cada dia. No mesmo ano, mulheres foram 67% das vítimas de agressão física registradas no país” (Mapa da violência de gênero 2017)⁶. “O SIM, que mostra os dados de homicídio, aponta que os homens foram vítimas de 92% dos assassinatos no Brasil em 2016, mas os homens negros foram 68% de todas as vítimas. Entre as mulheres, o componente de raça também se destaca: negras são 64% das vítimas de assassinatos entre as mulheres. Naquele ano, a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes foi de 64 para mulheres negras e 63 para mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas)”⁷.

O Dados do Datafolha⁸, divulgados em fevereiro de 2019, revelam que: (a) no Brasil, em um ano, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento; (b) 22 milhões passaram por algum tipo de assédio; (c) nos casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico e, o que é ainda pior, mais da metade das mulheres (52%) que sofreram violência não denunciaram o agressor ou sequer procuraram ajuda. Ainda segundo esses dados, uma parcela grande das mulheres que sofreram violência (76,4%) conhece o agressor - maior parte dos casos acontece dentro da própria casa da



vítima, que muitas vezes é também a do agressor. A grande parte das vítimas de violência doméstica é negra, sendo estas 55,9%.

A esse respeito, Davis (2016) atribui à perpetuação do feminismo que reproduz a mesma opressão contra a qual luta. Embora reconheça que o comportamento contraditório desta consciência é explicado pelo movimento dialético da sociedade racista, que em sua dinâmica manteve relacionamentos de senhor e escravo, ou senhora e empregada, sobretudo com pessoas negras, e também devido ao fato de que as tarefas domésticas são vistas como menos humanas. Desta forma, para ela, corroborando com Hegel em seu texto, esta consciência é de escravização, o que faz a mulher branca entender a mulher negra como sua criada e, portanto, um objeto, mera extensão de si. Este processo de reificação da consciência enraizada nas estruturas racistas e de dominação-exploração da feminista, dificulta sua condição em se entender enquanto opressora.

Um movimento importante neste cenário aconteceu quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial e o trabalho feminino foi utilizado para manter a economia de guerra nas indústrias, fazendo com que 400 mil mulheres negras deixassem de fazer trabalhos domésticos, mas mesmo assim, “ainda em 1960, pelo menos um terço das trabalhadoras negras ainda permanecia preso aos mesmos trabalhos domésticos”, e um quinto fora deste ambiente (idem, p. 106), para finalizar o pensamento sobre a análise da submissão e inferioridade emplacada sobre as mulheres negras, colocando-as até os dias atuais enquanto as pessoas mais oprimidas e vulnerabilizadas na sociedade.

A reação conservadora ao espaço que as mulheres e todas as categorias oprimidas vêm ganhando nos últimos anos fica evidente com as investidas da plataforma da extrema direita ultraliberal e anticomunista. No Brasil, a ofensiva aos direitos reprodutivos e as reformas trabalhistas, por exemplo, agravam a condição de vida das mulheres trabalhadoras - sobretudo das pretas periféricas - sob este modo de produção frente à dinâmica de superexploração da força de trabalho, em duplas, triplas ou maiores jornadas diárias, perpetuando as mesmas tarefas e violências a quais já eram incumbidas nossas ancestrais em modos de produção já extintos.

Para o feminismo classista, que se pretende antirracista e contra todas as formas de opressão humana, é preciso superar essa lógica de dominação-exploração patriarcal naturalizada ao longo da história. O real desenvolvimento de uma vida em sociedade acontece mediada por múltiplas determinações que extrapolam o plano do natural e constitui-se de dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. Reconhecemos como necessidade: (a) a criação de canais de denúncia online com fácil acesso para as vítimas de violência de gênero; (b) a ampliação das concessões de medidas protetivas; (c) a criação e a manutenção de abrigos e lares às pessoas em situação de violência; (d) assistência psicológica gratuita às pessoas de grupos oprimidos da classe trabalhadora; (e) a criação de creches, lavanderias e restaurantes públicos, (f) renda fixa ga-

rantida pelo Estado às mães solo; (g) Educação sexual para decidir. Métodos contraceptivos para não abortar. Aborto legal, seguro e garantido pelo o SUS para não morrer. **IMEDIATAMENTE:** (i) o fim do governo Bolsonaro/Mourão; (ii) a revogação da EC 95, das MPs 927 e 936 e da reforma trabalhista; (iii) a garantia do fornecimento de água, energia, internet e gás gratuita à população mais precarizada; (iv) moradia, alimentação e insumos de higiene pessoal às pessoas em situação de rua OU **VULNERABILIDADE SOCIAL**; (v) pela demarcação das terras indígenas; (vi) uma política de assistência ampla e acolhedora a quem historicamente foi abandonada às margens da sociedade; (vii) Pelo fim da OTAN e de todas as guerras imperialistas; (viii) Pela construção do poder popular! Rumo ao socialismo!

Neste ano, os movimentos organizados de mulheres priorizam o combate à violência, e levam como mote da campanha nacional o grito: Pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, racismo e fome. Dito isto, é imprescindível observar que a luta contra a violência atravessa diversas formas e sujeitos; a partir disso confrontar as estruturas que perpetuam casos ao passo de diminuí-los.

¹“MODELO ideal de Sociedade é com mulheres apenas em casa”, diz ministra inimiga das mulheres. **ESQUERDA DIÁRIO**. Disponível em <<https://www.esquerdadiario.com.br/Modelo-ideal-de-sociedade-e-com-mulheres-ape-nas-em-casa-diz-ministra-inimiga-das-mulheres>>. Acesso em 28.05.2020, 18h00min.

²Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-domação porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração. No fenômeno do abuso sexual, por exemplo, pode haver exploração econômica, quando o abuso visa à substituição de outrem, como pode haver exclusivamente a obtenção de benefícios próprios, como o prazer, sem vantagens financeiras. Assim, prefere-se entender exploração-domação como um único processo, com duas dimensões complementares (SAFFIOTI, 2001, p. 117)

³<http://anamontenegro.org/cfcam/2022/02/28/por-um-8-de-marco-massivo-anticapitalista-e-anti-imperialista/>

⁴“Pela vida de nossas mães”, dizem filhas e filhos de empregadas domésticas em manifesto. **MÍDIA NINJA**. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/pela-vida-de-nossas-maes-dizem-filhas-e-filhos-de-empregadas-domesticas-em-manifesto/>>. Acesso em: 29.05.2020, 18h05min.

⁵<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapa-da-violencia-2012-atualizacao>

⁶<https://mapadaviolenciadegenero.com.br>

⁷IDEM

⁸FRANCO, LUIZA. Violência contra a mulher: novos dados mostram que ‘não há lugar seguro no Brasil’. **BBC NEWS**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>>. Acesso em 29.05.2020, 20h51min.

Fontes:

Bispo, N. de M., & Caldeira, A. R. (2021). As contradições sociais evidenciadas pelo novo coronavírus e a vida das mulheres no contexto da pandemia. **Germinal: Marxismo E Educação Em Debate**, 12(3), 479–502. <https://doi.org/10.9771/qmed.v12i3.37149>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLEZ, Isabel Ana. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. 1ª ed. São Paulo: Editora expressão popular, 2010.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Nova mulher e a moral sexual**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2005.

MARCHEL, Samora. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo**. V. 1. Textos da Revolução. Editora INOVA. 1973.

SAFFIOTI, Heleith I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO, QUESTÕES DO FEMINISMO. CADERNOS PAGU (16) 2001: pp.115-136**.

ENTREVISTA DO MOMENTO - DOCUMENTÁRIO SOBRE OS 100 ANOS DO PCB: EDMILSON COSTA



Foto: Milton Jung

Entrevista por Milton Pinheiro

Edmilson Costa é professor universitário, doutor em Economia e Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O MOMENTO - Qual é o significado histórico desse documentário sobre os cem anos do PCB?

Edmilson Costa - Esse é um documentário que vai resgatar a história centenária do Partido Comunista Brasileiro, uma das mais belas trajetórias de uma Organização Revolucionária em todo o mundo, pois ao longo desse período o PCB esteve incondicionalmente na luta dos trabalhadores, da revolução brasileira e do socialismo. Nessa longa trajetória, o PCB produziu os maiores heróis populares do século XX, e a grande maioria das conquistas dos trabalhadores brasileiros têm a digital do PCB.

A burguesia e o imperialismo nunca perdoaram os comunistas por sua ousadia de lutar pelo socialismo no Brasil, e a prova disso é que

o PCB passou a maior parte de sua existência atuando na clandestinidade. Basta dizer que, de 1922 a 1985, o PCB só teve dois anos de legalidade; nos outros 63 anos teve que operar clandestinamente. Milhares de militantes foram presos, torturados, muitos mortos e, na última ditadura, um terço do Comitê Central foi assassinado na tortura e até hoje seus corpos continuam desaparecidos. Portanto, o documentário vai abordar essa trajetória, enfatizando os momentos mais importantes da bela história de lutas dos comunistas brasileiros.

O MOMENTO - O que você poderia discorrer a respeito da abrangência desse trabalho?

Edmilson Costa - Esse trabalho vai abordar, com uma linguagem moderna e criativa, os principais momentos da história de lutas do



PCB desde o início em 1922, ainda na República Velha. Abordaremos as lutas do Bloco Operário Camponês na segunda metade da década de 1920, a insurreição de 1935 e a repressão que se abateu sobre os comunistas, as lutas contra o nazi-fascismo, o papel internacionalista do PCB ao orientar seus militantes a se incorporar à Força Expedicionária Brasileira que lutou na Segunda Guerra Mundial e a bravura de nossos camaradas combatentes.

O documentário abordará, ainda, a legalidade do Partido após a derrota do nazismo e a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, onde o PCB elegeu vários deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, no período em que o Partido chegou a ter mais de 200 mil membros. Abordaremos também a colocação do Partido na ilegalidade novamente e a cassação dos mandatos de todos os parlamentares do Partido, as lutas populares que o Partido articulou como em Trombas e Formoso e O Petróleo é Nosso, e os agitados primeiros anos da década de 1960 quando o Partido teve grande influência na luta pelas reformas de base.

O filme também aborda a resistência contra a ditadura, a volta do exílio dos dirigentes e a política de conciliação de classes do período, bem como a tentativa de liquidar o PCB e a dura luta para resistir à liquidação e iniciar o processo de reconstrução revolucionária, que resgatou as tradições revolucionárias do PCB e o colocou novamente como protagonista das lutas populares no país.

O MOMENTO - Como foi construído o roteiro desse filme?

Edmilson Costa - O roteiro do filme, feito por mim, é resultado de mais de dois anos de pesquisa envolvendo os momentos mais significativos da história do Partido, bem como buscando entrevistar personagens marcantes ainda vivos dessa história. Ao contrário dos roteiros tradicionais, esse roteiro busca unir a narração da história do PCB, intercalada com as músicas de cada período, de forma a compor uma trajetória que combine dialeticamente a estética da narrativa com a trilha sonora, proporcionando ao espectador uma sensação de estar dentro da cena do filme, uma vez que as músicas correspondem a cada época da filmagem.

Em um documentário que envolve cem anos de

história, é evidente que foram escolhidos os momentos mais significativos desse período, numa linguagem moderna e rítmica, de forma a proporcionar àqueles que estão assistindo o filme um panorama abrangente desse centenário de luta. Pensando em dar uma dinâmica mais envolvente ao documentário, o roteiro também prevê animações gráficas para ilustrar e não cansar o espectador, e passar a noção de que valeu a pena a luta dos comunistas pela sociedade da abundância e da felicidade humana, que é a sociedade socialista.

O documentário também dá uma atenção especial ao processo de reconstrução revolucionária, especialmente porque é desse período que temos mais imagens e vídeos sobre a nossa história. Tive a sorte de resgatar mais de 60 horas de fitas em VHS, e depois passamos esse material para a linguagem digital, o que é um manancial visual imenso sobre nossa resistência à liquidação. O período anterior é intercalado por pequenos trechos de filmes históricos, fotos de dirigentes, da imprensa do Partido, das lutas operárias, das greves históricas e das lutas em geral de nosso povo.

Espero que tenhamos conseguido contar uma história à altura das lutas de nosso heróico Partido.

O MOMENTO - Como estão sendo realizadas as filmagens deste trabalho?

Edmilson Costa - As filmagens envolvem, antes de mais nada, um grande trabalho de pesquisa. Primeiro, é necessário encontrar fotos da época, fotos dos dirigentes, fotos dos movimentos sociais e populares em luta, fotos dos jornais da época, filmes históricos sobre os primeiros trabalhadores fabris; então, juntar esse material, classificar e depois filmar. Tem muitos camaradas envolvidos nesse trabalho, que está sendo coordenado por mim e pela camarada Fran Rebelatto, pois estamos mais diretamente envolvidos com a execução do filme.

Grande parte do nosso material de pesquisa está sendo realizado no ASMOB (Arquivo do Movimento Operário Brasileiro), que estava na Itália e que, com a anistia, voltou ao Brasil. Esse arquivo, hoje na UNESP, tem uma importância fundamental para os pesquisadores brasileiros porque conseguiu reunir uma enorme documentação sobre a história do prole-

tariado brasileiro e dos comunistas. É um dos arquivos mais completos sobre a história dos trabalhadores em nosso país. Também estamos pesquisando em outros arquivos, como o Edgar Leuenroth, na Unicamp, além de outros centros de documentação, como o Arquivo Nacional.

Também entrevistamos vários camaradas, alguns ainda vivos, outros que morreram após realizarmos as entrevistas, incluindo historiadores, de forma a compormos um painel muito abrangente de nossa história. Esse é um trabalho duro, praticamente todo realizado voluntariamente, mas que vale a pena estar sendo feito.

O MOMENTO - Quais são as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento do documentário?

Edmilson Costa - Nossa principal dificuldade está relacionada aos recursos financeiros para realizar esse documentário. Como todos sabem, não somos uma empresa e nem temos recursos para realizar grandes produções como no cinema profissional. Esse roteiro foi aprovado anos atrás pela Lei Rouanet, mas não conseguimos levantar os recursos para fazer o documentário porque as empresas não queriam patrocinar um filme sobre os comunistas. Portanto, nessa atual fase da comemoração dos cem anos, resolvemos lançar um pequeno vídeo para a captação de recursos junto ao público em geral, e assim poderemos ter um mínimo de recursos para a produção. Ainda não conseguimos alcançar a meta.

Todos estão convidados a participar desse documentário, contribuindo financeiramente para a sua realização. De qualquer forma, estamos realizando as entrevistas, as filmagens dos documentos, organizando o material de gravação que temos – tanto do processo de reorganização revolucionária, quanto das manifestações que participamos nos últimos anos –, para depois que tudo isso estiver terminado iniciarmos a montagem do filme.

O MOMENTO - Qual é a programação para o término do filme?

Edmilson Costa - Nosso objetivo é terminar o filme no final de setembro, se tudo correr

como estamos planejando. Se tivéssemos conseguido os recursos que prevíamos quando o roteiro foi aprovado pela Lei Rouanet, o filme já estaria pronto. No entanto, como tudo está sendo feito sem recursos, demora mais um pouco. Esse é um trabalho duro, praticamente todo realizado voluntariamente, mas nós acreditamos que conseguiremos terminar o documentário no prazo que estamos planejando.

O MOMENTO - Quem são os entrevistados e personagens desse histórico documentário?

Edmilson Costa - Nós entrevistamos vários camaradas que têm relação com a nossa história ou que participaram diretamente das lutas populares que o nosso Partido desenvolveu ao longo desse período. Entrevistamos a comandante Dirce Machado, das lutas guerrilheiras dirigidas pelo PCB em Trombas e Formoso na década de 1950, e que ainda está viva e militando no Partido; o José Salles, último membro do Comitê Central eleito no VI Congresso e ainda vivo; Lúcio Bellentani, que dirigiu os Comitês de Fábrica no início da década de 1970 e que morreu logo depois da entrevista; o coronel Silvestre, do Comitê Militar nos anos 1970 e único sobrevivente daquele Comitê, também ainda vivo; a historiadora Marly Viana, membro do Comitê Central no exílio; e ainda vamos entrevistar outros personagens que podem contribuir para o filme.

Esperamos fazer um documentário que encha de orgulho todos aqueles que lutam pela revolução e o socialismo no Brasil, e que resgate a memória dos camaradas que contribuíram para a história do PCB.

CAVALO DE TROIA: MONOTRILHO VENDIDO COMO VLT E OS ATAQUES DE RUI COSTA À POPULAÇÃO DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO



Imagem: Divulgação - Skyrail Bahia

Por Rodrigo Cabral

Os trens do Subúrbio Ferroviário de Salvador se encontram paralisados há mais de um ano. A população da região se encontra prejudicada e sem respostas do Governo do Estado, representado por Rui Costa (PT), a respeito do andamento das obras do Monotrilho e suas irregularidades, que vêm sendo denunciadas.

Do sucateamento à concessão privada

O sucateamento dos trens do Subúrbio começou ainda na década de 1950, com a chegada da Petrobrás e da determinação do modelo rodoviário enquanto modal principal no país, em virtude da hegemonia político-econômica da burguesia do petróleo. Essa nova hegemonia abortou a integração nacional das ferrovias e amputou as diversas linhas de trem. A ferrovia do Subúrbio, que antes chegava até o sertão baiano e tinha uma abrangência regional, passa a se restringir ao trecho Calçada-Paripe, em Salvador. Esse sucateamento se acelera na década de 1990, com o Plano Nacional de Desestatização (PND) e as implantações das políticas neoliberais que se aprofundam nas décadas seguintes.

Em 2014 se iniciam debates e audiências públicas a respeito da implantação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no Subúrbio, com um projeto que teve aceitação e diálogo com a população do lugar e que prometia modernizar os antigos trens por meio do VLT, mantendo a ma-

lha ferroviária, com o financiamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), ligado ao governo da presidente Dilma Rousseff (PT).

Essa obra também teve influência do período da Copa do Mundo no Brasil, que veio acompanhada de obras de infraestrutura em diversas cidades. Porém, em 2016, com o golpe sofrido por Dilma, há uma mudança na política econômica nacional e o orçamento do PAC é retirado, forçando a realização da obra por meio de uma Parceria Público Privada (PPP). Além disso, com a crise da Lava Jato, há um afastamento das empreiteiras envolvidas na participação da licitação, levando à vitória do consórcio Skyrail, composto por uma empresa de capital chinês, a BYD, e de capital estadunidense, Metrogreen.

Após vencer a licitação, o consórcio alega que não constrói o modal VLT, e que só poderia construir um modal de Monotrilho. Ao invés do governo cancelar o contrato e reabrir a licitação, o Governador aceita passivamente a alteração no projeto e no modal de transporte, mesmo sem a realização de audiências e debates com a população do Subúrbio.

Além disso, de maneira oposta a realizar a mudança na propaganda do projeto, que estava vinculada ao VLT e agora seria um Monotrilho (modal diferente e que não iria fazer uso da ferrovia), o governo mantém a sigla, alegando que o Monotrilho também poderia ser chamado de

Veículo Leve de Transporte. Essa tática do Governo demonstra uma clara tentativa de enganar a população, que continuava vinculando a sigla do VLT a um projeto que não existe mais. Dessa forma, colocando como se não ocorresse mudança no modal de transporte e no projeto, algo que deveria vir acompanhado de um novo processo de audiências públicas e debate com os moradores do lugar, o que não ocorreu.

A morte do trem e suas consequências no cotidiano

O último dia de circulação do trem do Subúrbio foi em 15 de fevereiro de 2021, encerramento que se colocou como necessário para o avanço das obras do Monotrilho, que já estavam em atraso há quase 1 ano. Atraso justificado, segundo a empresa Skyrail, por conta dos impedimentos da pandemia em 2020.

Essa paralisação já veio acompanhada de protestos e mobilizações dos moradores, tendo como principais críticas o aumento abusivo da tarifa, que era apenas de R\$0,50 e passaria a ser de R\$4,40 (valor da tarifa única na cidade, integração com o metrô) e também em relação às mais de 350 famílias que seriam desapropriadas e removidas de suas casas no processo, motivo de bastante revolta da população. De lá pra cá, os moradores e trabalhadores do Subúrbio Ferroviário têm sido impactados de diversas formas por conta dessa restrição de sua mobilidade urbana, além do desrespeito a uma ferrovia que tem valor histórico, cultural e até religioso para os que vivem ali.

Em entrevista para o Jornal O Momento, a moradora do Subúrbio e militante do Movimento Sem-Teto da Bahia (MSTB), Rita Ferreira, relata os principais impactos que os moradores vêm sofrendo com a falta do trem e opções de transporte. A militante diz que boa parte da população do Subúrbio e a maioria dos moradores da ocupação (localizada no Subúrbio, ligada ao MSTB) usavam o trem para se locomover, e que conseguiam ir e voltar do centro gastando apenas R\$1,00.

As famílias que tem médico na Calçada, como o Irmã Dulce ou o Hospital São Jorge (que atendem pelo SUS), ficaram sem ter como se deslocar para suas consultas, pois não tem como arcar com os custos maiores de transporte (a maioria dos moradores do Subúrbio estão desempregados, segundo Rita). Muitas vezes, eles faltam às consultas porque não têm condições de arcar com o deslocamento. Há um problema histórico de mobilidade no Subúrbio

e o trem desativado agrava isso. Muitas pessoas usavam o trem para fazer o trajeto Calçada-Paripe, que é longo (aproximadamente 13 km). Sobre isso, ela diz:

Nós queremos um trem para a classe trabalhadora que está hoje no Subúrbio Ferroviário, desempregada, sem poder se locomover. O impacto que foi causado no Porto da Sardinha é de extrema importância, tem que ser visto. A galera pescava, vinham pessoas de vários locais, que pegavam o trem para poder pegar o peixe ali, na colônia de pescadores, e os meninos que estavam desempregados pegavam o peixe, pegavam o trem, soltava nas estações e iam vender. Hoje eles vêm andando, e aí quando eles chegam no local para vender o peixe já está moído. Pra você ver os efeitos que causou tudo isso que está acontecendo. Para mim isso é um retrocesso, e uma falta de respeito com a galera do Subúrbio Ferroviário.

Rita também fala sobre como o marketing do Governo do Estado agiu de forma a tentar iludir a população do Subúrbio, fazendo as pessoas acreditarem que aquela obra seria positiva para eles, que iria “modernizar” e hoje já estamos vendo as consequências.

Quantos ferroviários vão ficar desempregados? O valor do Monotrilho vai ser o mesmo do ônibus, as pessoas vão preferir o Monotrilho e isso vai gerar o desemprego dos rodoviários. As famílias que usavam o trem no valor bem mais baixo, que era de R\$0,50, não vão ter condições mais para isso, principalmente os desempregados. E o sistema não tá nem aí! O sistema está pensando no dinheiro que vai ganhar, no dinheiro que vai lucrar. Não está pensando no bem das famílias do Subúrbio Ferroviário. Daqui a 20 anos o Subúrbio Ferroviário vai estar uma selva de pedra!

A militante ressalta a importância de falar das famílias que serão desapropriadas no processo:

A nossa briga é por território. O cara tá lá a 30, 40, 50 anos, herdou aquilo do avô, tudo isso. É a memória da identidade, dentro do território. E eles não tão nem aí, eles tão passando por cima de tudo. E outra, quero dizer que aqui foi um projeto construído sem a participação popular. Isso foi decidido com o povo do Subúrbio? A história é essa, fez uma propaganda bonita e mostrou para a população que eles precisavam daquilo ali. Aí como



tudo é bonito - quem que não quer as coisas bonitas? - Mas sem entender os efeitos que vem por trás, que já tá vindo agora. A galera tá sentindo, quando ela não tem mais acesso ao centro porque não tem dinheiro. Antes ela podia vir aqui e com R\$1,00 vinha e voltava. E aí não tá tendo mais. Estão deixando de ir ao médico. Os ônibus são 2 horas de relógio para aparecer. Uma das ocupações que fica perto do hospital do Subúrbio não tem ônibus para o centro. Aí você tem que fazer a integração e ir até a estação Pirajá, coisa que a galera descia direto aqui na Calçada.

Em resposta à pergunta sobre os impactos disso para as pessoas que frequentam os terreiros da região, Rita relata que, as pessoas que pegavam o trem para ir à Feira de São Joaquim para comprar as folhas e os animais para os rituais, hoje estão impedidas de fazer isso. Tendo afetado as práticas religiosas da população do lugar, ela diz que isso faz parte do processo de gentrificação, que pensa no Subúrbio Ferroviário como um lugar onde as elites querem ir. Isso é o projeto do Governo do Estado.

Antes a orla das elites de Salvador eram Barra-Itapuã, hoje eles tão com uma visão mais ampliada para o Subúrbio Ferroviário. É um projeto que foi construído em cima de uma perversidade horrível, sem que as famílias entendam o contexto disso tudo. É pegar o VLT (Monotrilho) e botar dentro do Subúrbio Ferroviário, retirando as famílias que moram no entorno da praia, que são famílias pobres, carentes, mas que tem aquilo ali como uma moradia de longos anos. Esse é o projeto das elites. Precisamos fazer um trabalho aprofundado de conscientização para a galera saber o que está em jogo. O que está em jogo é o ar de pertencimento do território, é expulsar os donos do território para que outros venham e desfrutem da beleza que é o Subúrbio.

Por fim, também no tocante à especulação imobiliária, Rita fala sobre um empreendimento da Tenda, de um conjunto residencial com vista para o mar, que está sendo construído no Subúrbio, indicando já um processo de compra dos terrenos pelas empreiteiras, visando a valorização após a obra do Monotrilho.

Mobilizações da população do lugar e novos desdobramentos

Após o encerramento da circulação do trem e o protesto que ocorreu logo em seguida, o final do ano de 2021 e início do ano de 2022

veio acompanhado de diversas mobilizações puxadas tanto pelos movimentos organizados do Subúrbio como também por vereadores da Câmara Municipal de Salvador. Sendo assim, até o momento, já houveram 3 audiências públicas e um ato de rua puxados por esses representantes.

Das 3 audiências, apenas na primeira, ocorrida em 09/11/21 teve a presença de representantes do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) e a Companhia de Transporte da Bahia (CTB), atual responsável pela mediação do processo de concessão do Monotrilho. Nas audiências seguintes, que ocorreram em 23/02/22 e 09/03/22, os representantes de Rui Costa sequer compareceram, e nem os representantes do consórcio Skyrail, demonstrando um nítido caráter antidemocrático no qual tem se dado o processo.

O único documento de explicação dos questionamentos feitos nas audiências por parte do governo foi uma resposta escrita que foi lida na última audiência, alegando que haveria um aumento do custo da obra, de R\$1,5 bilhões iniciais para R\$5,2 bilhões, além de uma extensão do prazo para a finalização das obras, que eram até 2021 para o ano de 2024.

Até o momento existem muitas incertezas sobre como vai se dar o desenrolar desse projeto. Mas o que está bastante claro é o seu caráter insustentável, tanto no sentido de uso de recursos públicos, quanto nos diversos danos que tem causado à população do Subúrbio Ferroviário. As novas audiências e mobilizações têm se mostrado enquanto táticas importantes no avanço do debate público sobre a obra e consequente pressão para que o Governo do Estado atenda a essas solicitações. O horizonte que se coloca é a restituição da malha ferroviária, com uma integração com as ferrovias nacionais e a instalação de trens (ou similares) modernos, como o verdadeiro VLT.

A PARALISAÇÃO NACIONAL DOS ENTREGADORES E SEUS REFLEXOS EM SALVADOR



Foto: Vinícius de Melo / Agência Brasília

Por João Pedro Oliveira Magalhães

Os entregadores que trabalham através das plataformas digitais, ou aplicativos, estão mobilizando nacionalmente uma paralisação para exigir melhores condições de trabalho. Segundo relatos de lideranças locais de Salvador – além das notícias que circulam em grupos de WhatsApp e Facebook, apesar da abrangência nacional, não há uma coordenação para que as paralisações sejam realizadas em uma mesma data. Em São Paulo, por exemplo, ocorreu entre os dias 29 e 02 de abril; em Salvador, no dia 01 de abril; e no Rio de Janeiro, as datas puxadas foram os dias 02 e 03 de abril.

Note-se que a paralisação do último dia 29 em Salvador foi mobilizada, principalmente, entre os motoristas de transporte de passageiros que trabalham com a plataforma da Uber. Suas pautas são semelhantes às dos entregadores, salvo as devidas particularidades, mas a articulação entre esses trabalhadores na cidade ainda não acontece com uma unidade de ação¹.

Voltando para os entregadores, as exigências mais fundamentais da mobilização na capital baiana são o fim dos bloqueios temporários aos entregadores que rejeitam alguma corrida, o fim do agendamento de corridas e o pagamento de adicional noturno. Apesar de essas serem consideradas pela categoria como as questões mais candentes, suas demandas são ainda mais amplas e profundas. As pautas levantadas evidenciam o cerne da relação trabalhista que eles têm com as plataformas, configurando uma relação típica de emprego, com subordinação, pessoalidade, habitualidade e onerosidade, e não uma mera parceria comercial, como alega o discurso das empresas do ramo².

Estas pautas também jogam luz ao fato de que os custos de operação, seja de celular, internet, veículo, manutenção e desvalorização constante do veículo, combustível e outros, recaem sobre o trabalhador. Essa característica torna o modelo de plataformas ainda mais ex-

ploratório, tendo em vista que essas empresas, além de revelarem a incidência da regulação trabalhista³, se desincumbem de arcar com os custos e os riscos da atividade econômica, despejados sobre os ombros do trabalhador individualmente.

Dessa maneira, o entregador que trabalha entre seis e sete dias por semana para tirar cerca de mil reais referentes a esse período (o equivalente a quatro mil reais mensais, em média) percebe que, ao abater os custos mencionados, ganha efetivamente um salário mínimo mensal. Pagou para trabalhar.

Apesar das exigências colocadas estarem, em suma, dentro do arcabouço de direitos já previstos para trabalhadores com emprego formal, as lideranças de Salvador não creem que as empresas venham a aceitá-las. Em razão disso, através do contato que tiveram com estudantes pesquisadores da Universidade Federal da Bahia⁴, os entregadores buscaram a universidade para pensar maneiras de judicializar suas demandas. Há uma esperança de que a via judicial traga alguns direitos para a categoria; contudo, como comunistas, sabemos da fragilidade dessa opção.

Em primeiro lugar, o Judiciário tem como posição majoritária a de não reconhecer vínculo empregatício entre os entregadores e as plataformas digitais, e em regra, seguem a ideologia neoliberal que considera esses trabalhadores como “empreendedores parceiros” das plataformas. Então, até mesmo as chances de uma decisão judicial favorável não são altas. Ademais, sabemos que esse meio não garante a aplicabilidade material dos direitos que venham a ser reconhecidos formalmente. Soma-se a isso o fato de serem, as decisões judiciais, uma fonte precária para se prever direitos.

Em segundo lugar, e aqui está um debate central, há a questão do reconhecimento ou não reconhecimento do vínculo empregatício entre os entregadores e as plataformas: o reconhecimento desse vínculo ainda não é uma pauta consensuada entre os trabalhadores. Nota-se, inclusive, que as demandas em que há um entendimento comum consistem em mudanças pontuais na relação de trabalho existente.

Para ingressarem com uma ação judicial, com as demandas pontuais que apresentam, os trabalhadores só teriam como alternativa um litisconsórcio, ou uma série de ações individuais. Em ambos os cenários, os efeitos jurídicos de uma eventual decisão favorável aos trabalhadores só valeriam para aqueles inscritos no pro-

cesso, sendo demasiadamente limitados. A opção mais abrangente seria a de uma Ação Civil Pública, mas que somente poderia ser aplicada se o objetivo almejado fosse o reconhecimento, pelo Estado, do vínculo jurídico de emprego que existe materialmente entre os trabalhadores e as plataformas.

A opção de se buscar o Judiciário para garantir, seja a formalização de um punhado de direitos básicos, seja a formalização dos entregadores enquanto trabalhadores celetistas, é uma tática imediata e de manejo instrumental do direito burguês para se buscar o mínimo de dignidade para os trabalhadores da categoria. Outra alternativa, também dentro da institucionalidade burguesa e mais imediata, seria a organização desses trabalhadores em sindicatos, o que traria à baila perspectivas de realização de negociações coletivas e a maior articulação dessas bases para se pressionar pela inclusão legal – e não meramente judicial – deles dentro dos parâmetros celetistas.

A luta atual dos trabalhadores de plataformas digitais está pautada por objetivos através dos quais eles buscam superar as condições mais primárias de precariedade no trabalho. Para além da objetividade da sua exploração, também está localizada a disputa subjetiva das mentes daqueles que laboram neste ramo, para que se desvinculem da ideologia neoliberal e entendam que as empresas que controlam estas plataformas não pretendem, nem nunca pretenderam, tratá-los como iguais ou parceiros, mas apenas continuar se apropriando de sua força de trabalho através dos mecanismos mais sofisticados à sua disposição.

¹Motoristas de aplicativo fazem manifestação em Salvador nesta terça. Bahia Notícias, Salvador, 29 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/267319-motoristas-de-aplicativo-fazem-manifestacao-em-salvador-nesta-terca.html>>. Acesso em: 29 de março de 2022

²OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Entregadores da RAPPI são empregados, segundo decisão do TRT-SP. Assalariados Digitais, 22 de março de 2022. Julgados. Disponível em: <<https://assalariadosdigitais.blogspot.com/2022/03/entregadores-da-rappi-sao-empregados.html>>.

³FILGUEIRAS, Vitor. Regulação da Terceirização e Estratégias Empresariais: O aprofundamento da lógica desse instrumento de gestão da força de trabalho. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, 2016, p. 742-770.

⁴SOUZA, Vanessa Cunha de. PESQUISA DE CAMPO: Investigando o trabalho na RAPPI. Assalariados Digitais, 21 de março de 2022. Julgados. Disponível em: <<https://assalariadosdigitais.blogspot.com/2022/03/pesquisa-de-campo-investigando-o.html>>. Acesso em 30 de março de 2022.

BIOGRAFIA DE GIOVANI DAMICO



Em 17 de setembro de 1992, na zona rural da cidade de Santa Cruz das Palmeiras, interior de São Paulo, nascia Giovanni Damico. Filho de mãe baiana, natural de Nazaré, mudou-se ainda menino para Salvador, onde foi criado e residiu a maior parte de sua vida. Com uma adolescência movida por paixões, como a música punk e os diversos elementos da contracultura, acabou desenvolvendo cedo um profundo, porém difuso, sentimento revolucionário, ainda que só fosse encontrar sua fundamentação anos depois em seu contato com uma biografia de Lênin.

Damico, no auge dos seus 29 anos, tem uma filha soteropolitana de sete anos que desde cedo acostumou-se com a ideia do comunismo presente dentro de casa e em seu cotidiano. Para ela, este se resume facilmente em: “Comunista quer que todo mundo tenha casa, comida e viva mais feliz”. O contato orgânico com o dia a dia atarefado de seu pai a fez conhecer intuitivamente os objetivos políticos almejados pela militância revolucionária, sintetizados com facilidade por um olhar atento, ainda que tão jovem.

Em 2013, Damico ingressou na UFBA, iniciando a graduação em Geografia. Formou-se em 2017, como bacharel e licenciado. Seu ingresso na universidade coincidiu com duas mudanças de grande importância em sua vida: por um lado, se aproximava de maneira cada vez mais resoluta da luta política, em especial após seu contato com Lênin e os estudos dedicados sobre a URSS; por outro lado, logo se tornaria pai. Com essas transformações, se fechou o ciclo das bandas de rock e noites tocando guitarra e violão, e se abriu a janela dos estudos orientados para a Geografia, e sobretudo, para o entendimento da realidade social no contato com o marxismo. A aproximação com o marxismo se deu, assim, através do comunismo, e não o contrário.

Com a efervescência política de 2013, a militân-

cia difusa de Giovanni começa a tomar contornos cada vez mais organizados: no Movimento Estudantil, na ala radicalizada da UFBA, apoiando e construindo as candidaturas da oposição de esquerda à Reitoria; e na sua aproximação com a organização política revolucionária, que culminaria em um longo e dedicado estudo das organizações ativas no Brasil e resultaria em seu ingresso na União da Juventude Comunista (UJC) em 2015. Com sua chegada na UJC, poucos meses depois ingressaria no PCB, passando a compor as fileiras da então “Célula de Trabalhadores da Educação”. Com seu ingresso no Partido, estava selada uma dedicação que moldaria sua vida dali em diante.

Transcorridos pouco mais de sete anos desde seu ingresso nas fileiras organizadas do PCB, Giovanni também seguiu organizando sua vida profissional, tendo realizado Mestrado em Ciências Sociais pela UFBA, e sendo aprovado no concurso da rede estadual como professor de Geografia. Num período onde o mercado de trabalho marca a ferro e fogo a vida dos jovens brasileiros e baianos, ele conseguiu avançar em sua independência profissional, adentrando agora num novo rol de enfrentamentos, contra todos os ataques desferidos pelo governo baiano aos servidores e à educação pública.

Dessa experiência política, tem início sua organização na corrente sindical do PCB, a Unidade Classista, integrando a então desorganizada oposição sindical da APLB (Associação dos Professores Licenciados do Brasil) – luta fundamental dos trabalhadores baianos em torno do sindicato que congrega o maior número de trabalhadores em nosso estado, hoje burocratizado e acorrentado pelos setores da social-democracia, vendida ao capital.

No avançar de sua inserção política, Damico passa a assumir cada vez mais responsabilidades nas fileiras do PCB: ingressa na direção do Partido em 2018, constrói o XVI congresso do PCB em 2020 e é eleito à direção nacional do Partido na ocasião, como um quadro jovem, mas que em poucos anos assumiu firmemente o compromisso com a luta política e com o Partido Comunista Brasileiro. No mesmo ano foi destacado para assumir a tarefa da candidatura a Vereador de Salvador, que desempenhou com enorme dedicação através da campanha “Prof. Gio: para Salvador Mudar, Juventude quer Poder Popular”.

Essa campanha marcou o retorno do PCB ao pleito eleitoral, após diversos anos de inatividade na Bahia; mas a principal marca da campanha foi a ampla vinculação da plataforma eleitoral com a política de base, aproximando o PCB de setores cada vez maiores da juventude, além de reforçar o enraizamento do Partido em diversos segmentos do proletariado baiano. Não à toa, a campanha, ainda que centrada em Salvador, conseguiu alcançar importantes cidades do interior baiano, pautando uma nova forma de fazer política que nega os anos de apatia e capitulação perante o capital.

Para Giovanni, assim como para o PCB, a história segue bastante viva, e é na luta política organizada que ela encontra sua expressão. Nestes trilhos, hoje Damico assume uma nova tarefa: a de ser pré-candidato pelo PCB a governador da Bahia.

ESPAÇO CULTURAL

NOVA LITERATURA BRASILEIRA: UM ESPAÇO EM DISPUTA



Foto: Seven Shooter

Por Gideão Feliciano

Coaduna-se aqui com a afirmação de Dalcastagnè (2012): “a literatura brasileira é um território contestado”. Assim como a definição cultural deixou de lado sua dualidade, passando à múltipla culturas, a literatura não é mais aquele centro comum que buscava uma identidade nacional. Não é mais aquela que representa e dá sentido ao sujeito brasileiro, uno.

Contribuem para isso, por um lado, o descentralização do “eu”, as múltiplas identidades que um mesmo sujeito assume em tempo e espaço distintos, a emergência da ideologia neoliberal tornando sujeitos essencialmente sociais em altamente individuais (em oposição ao sujeito que se identificava como pertencente a uma coletividade estável); e, por outro lado, a emergência das lutas identitárias e as novas plataformas de difusão em massa, que cooperaram para que os grupos postos à margem e atravessados por diferentes opressões passassem a ter papel ativo na disputa pelo lugar da fala e construíssem seu próprio discurso na literatura.

A partir desses elementos, levantaremos aqui algumas reflexões sobre a nova literatura brasileira, ou melhor dito, as literaturas brasileiras contemporâneas -- ou ainda, as tendências nas literaturas brasileiras contemporâneas.

Antes de mais nada, é necessário pensar sobre o campo da Literatura. Eagleton (2006) traz a ideia de literatura como uma escrita altamente valorizada por um grupo e localizada no tempo e no espaço, ou seja, com um valor não em si mesma, mas atribuído por certos sujeitos em situações e objetivos especí-

ficos, cujos critérios já são pré-estabelecidos. A definição de literatura mais fortemente difundida, de literatura escrita, e sendo o romance o gênero de maior prestígio pelos agentes que validam as obras no Brasil, é ocidental e moderna.

Os principais estudos sobre a literatura nacional apontam um pluralismo de tendências no que tange a produção brasileira, e Licarião (2020) traz “multiplicidade”, “descentralização” e “heterogeneidade” como termos presentes nos estudos ligados à literatura brasileira no século XXI, dizendo que ela é “um conjunto ficcional, em síntese, urbano e regional, marginal e hiperrealista, fronteiro e histórico, que explora o indivíduo e o simulacro, que dialoga com a tradição literária e subverte gêneros, pós-utópico e heteróclito.”

As identidades universalizantes estão em crise desde meados do século passado, e a literatura não escapa a isso. No auge da burguesia na Europa, a literatura cumpria o papel principal na formação da subjetividade pessoal; já atualmente, outras mídias desempenham essa função, como o cinema e a televisão. A identidade nacional -- uma narrativa da nação -- é, nas literaturas, contada e recontada, e adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos que a representam, sendo relacional e, sua construção, tanto simbólica quanto social, dadas as implicações na materialidade.

Tem-se a identidade e a diferença também como relação de poder, sendo através da representação que elas ligam-se a esses sistemas: quem pode

representar, o que é representado e como o é. As obras literárias como produtos culturais carregam representações e, assim, dão sentido a certas realidades concretas. Com a descentralização do sujeito, a globalização e os avanços tecnológicos, o que estava nas mãos de um grupo restrito agora escapa a essa limitação.

Os vários sujeitos disputam o lugar da fala, quem fala e em nome de quem se fala. Regina Dalcastagnè (2002) trabalhou sobre a questão da voz e da legitimidade na narrativa em desenvolvimento hoje no Brasil, afirmando que “na narrativa brasileira contemporânea, é marcante a ausência quase absoluta de representantes das classes populares”, não apenas em quem produz a literatura, como também nas personagens construídas. Como já dito, os vários sujeitos da (pós) modernidade dão sentido ao mundo de forma diferentes, e a literatura passou a ser disputada por essas vozes não autorizadas a falar, e que necessitavam falar por si. Esse movimento já era presente no século passado, como por exemplo, com os Cadernos Negros e suas práticas de aquilombamento, reunindo e publicando variados autores/as negros e periféricos.

Apesar do importante trabalho dos movimentos organizados de grupos historicamente oprimidos, os aparelhos que legitimam o que pode ser considerado literatura ou literário (a saber: os críticos e suas resenhas em jornais e revistas, as premiações, as disciplinas de graduação e pós-graduação em literatura, as grandes editoras) mantinham uma literatura de caráter homogêneo. Num levantamento dos principais prêmios da área, apresentado por Dalcastagnè (2012), no período 2006-2011 foram premiados em suas categorias principais 29 homens e apenas 1 mulher. Já em outro levantamento, referente ao período de 1990-2004, de 165 autores, 120 eram homens, 93,9% eram brancos, 60% viviam no eixo Rio-São Paulo e quase todos atuavam no meio acadêmico ou jornalístico.

Com esses números, podemos ver que há, sim, uma hegemonia. Os livros premiados são adicionados aos clubes de leitura, vão parar nas prateleiras das livrarias e bibliotecas, são estudados nas pós-graduações e, ao mesmo tempo, as grandes editoras investem na divulgação das obras lançadas com suas parcerias nas mídias sociais, em clubes de leitura, em resenhas de jornais etc. Tal estrutura garante um circuito fechado que se retroalimenta.

Mas as novas plataformas virtuais, os projetos de leitura que acontecem por elas, o apoio e o acompanhamento da literatura por grupos marginais, as pequenas ou novas casas editoriais, os projetos de financiamento coletivo e iniciativas semelhantes garantem a possibilidade de existência dessas outras literaturas desautorizadas; os e as pesquisadoras que se propõem a estudar essas literaturas também contribuem para repensar o que é a literatura brasileira.

Um exemplo disso é a Malê Editora, que se propõe a publicar e fomentar obras de autoras e autores negros, brasileiros, africanos e da diáspora, nos gêneros de prosa e poesia, crítica literária e textos teóricos voltados para o incentivo à leitura, como o livro da escritora Lívia Natália, "Dia bonito pra chover", e os livros "Insubmissas lágrimas de mulheres", "Histórias de leves enganos e parecenças" e "Poemas da recordação e outros movimentos", de Conceição Evaristo.

Em contraponto à hegemonia dos prêmios literários, nos últimos anos, as principais premiações tiveram demonstrações desse contexto de contestação em torno da literatura feita no Brasil. Foram premiadas pessoas com perfis diferentes daqueles do levantamento apresentado, como a escritora negra e mineira Conceição Evaristo, que ganhou do prêmio Jabuti de Literatura de 2015 na categoria Contos e Crônicas, por "Olhos D'Água" -- na mesma época, houve uma mobilização nos círculos acadêmicos e literários engajados, que pôde ser refletida na hashtag "#ConceicaoEvaristonABL", endossando a campanha para que ela se tornasse a primeira mulher negra na Academia Brasileira de Letras. Porém, isso ainda não aconteceu.

Além de Conceição, foram premiados a escritora negra e baiana Lívia Natália, que venceu o prêmio APCA 2017 na categoria Poesia, com o livro "Dia bonito pra chover"; o escritor baiano Itamar Vieira Júnior, que, com o romance "Torto Arado", venceu o Prêmio Jabuti 2020 e o Prêmio Oceanos 2020; além de Jeferson Tenório, escritor negro nascido no Rio de Janeiro, que venceu o prêmio Jabuti 2021 na categoria Romance, com "O avesso da pele". Temos diferentes vozes disputando o espaço da literatura e falando por si, com obras enquadradas no que se concebe por literatura afro-brasileira ou negra.

A literatura brasileira não possui mais aquela missão de conceber a identidade nacional; agora ela é múltipla, diversa e heterogênea. Graças a variados fatores, muitos deles expostos aqui, a literatura brasileira, como coloca Dalcastagnè (2012), é atualmente um espaço verdadeiramente em disputa: um "território contestado".

Bernardo Kucinski e Alan Pauls: a memória da ditadura na ficção contemporânea brasileira e argentina. Berttoni Cláudio Licarião. 2020. In: MATA, Anderson da; DUTRA, Paula; FREDERICO, Grazielle (org.). Literatura brasileira contemporânea: resistências, escritas, leituras. Araraquara: Letraria, 2020. <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2020/04/Literatura-brasileira-contempor%C3%A2nea-resist%C3%A2ncias-escritas-leituras.pdf>

Teoria da literatura: uma introdução. Terry Eagleton. 6. ed. 2006. Editora Martin Fontes.

A ideia de cultura. Terry Eagleton. 2. ed. 2011. Editora Unesp.

Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. Regina Dalcastagnè. 2012. <https://iberical.sorbonne-universite.fr/wp-content/uploads/2012/03/002-02.pdf>

Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. Regina Dalcastagnè. 2002. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9705/1/ARTIGO_UmaVozSol.pdf

Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeus Silva(org). 15. ed. Vozes, 2014.

PCB: 100 ANOS DA FÊNIX VERMELHA



Foto: Daniel Drummond

Por Milton Pinheiro

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) completa cem anos de uma presença indelével na história política do nosso país. Destes cem anos, 56 são na mais violenta clandestinidade. Grande parte do período de legalidade está registrado após 1985, quando do fim da ditadura.

Surgimos como representantes de diversos coletivos que militavam referenciados na revolução russa de outubro de 1917. Éramos os revolucionários que davam sentido às greves do começo do século XX, que marchavam pelas ruas com manifestações em defesa dos direitos mais emblemáticos da classe trabalhadora, procurando se organizar para construir um operador político que iria representar o programa da nossa classe e agir em defesa da revolução brasileira.

Nos tornamos, com o desenrolar do século XX, um partido que esteve presente nas lutas mais profundas desse breve século. Participamos da organização dos instrumentos da classe trabalhadora na década de 1920 e criamos uma combativa Imprensa Popular; durante a década de 1930 avançamos nas lutas proletárias e populares, mas, também, nos organizamos dentro dos quartéis. Realizamos o mais importante movimento de “assalto aos céus” da história brasileira: o levante revolucionário de novembro de 1935, uma experiência de Poder Popular que durou três dias em Natal (RN). Essa experiência revolucionária foi derrotada por tropas do Estado burguês, em aliança com

coronéis locais e seus jagunços, mas, mesmo com erros do processo, trata-se de uma brava resistência histórica.

Após a brutal repressão que se seguiu ao levante vermelho, e a perseguição do “Estado Novo”, organizamos as lutas de resistência ao fascismo no Brasil e quando os ventos foram soprados a partir da derrota nazifascista na segunda grande guerra, conseguimos encontrar a luz no fim do túnel. Nos tornamos, com a legalidade, um partido de massas; elegemos Luiz Carlos Prestes, nosso secretário-geral, o senador mais bem votado do Brasil, assim como elegemos uma vigorosa bancada com 14 deputados federais. Nas eleições seguintes, para as Assembleias Legislativas dos estados, elegemos mais de 40 deputados. Contudo, o manto do reacionarismo se impôs novamente e o partido foi colocado na ilegalidade. Nossos parlamentares foram cassados. Primeiro, a bancada federal e depois nossas bancadas de deputados estaduais.

O PCB volta à clandestinidade, todavia agora, como um forte operador político da classe trabalhadora no final da década de 1940. Estivemos na greve dos 300 mil em São Paulo, na Campanha do Petróleo é Nosso, marcamos a luta pela reforma agrária de forma revolucionária nos levantes camponeses de Porecatu, Trombas e Formoso. Organizamos manifestações contra a presença de tropas brasileiras na guerra imperialista da Coreia; estávamos onde a luta se fazia necessária por todo

o Brasil.

Propusemos, com o Manifesto de agosto de 1950, novas formas de luta em profunda conexão com a revolução brasileira. Sindicatos livres, organizações populares e proletárias sem o controle do Estado, organização das lutas das mulheres e uma denúncia combativa e militante contra o racismo.

Construímos na história brasileira a maior presença intelectual de todos os tempos, uma marca seminal na cultura brasileira. Afinal, na história do século XX, lutaram dentro do nosso partido as figuras mais importantes das letras, ciências, artes, música, mundo artístico, do teatro e do cinema. Gigantes como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Pagú, Mário Lago, Francisco Milani, Rui Facó, Monteiro Lobato, Caio Prado Jr., Paulo da Portela, Silas de Oliveira, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Mário Schemberg, Nise da Silveira, Carlos Drummond de Andrade, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, Adolfo Lutz, Cícero Dias, Aparício Torelly (Barão de Itararé), Dias Gomes, Paulo Leminski, Vladimir Herzog, Nelson Pereira dos Santos, Leon Hirszman, Oscar Niemeyer, João Saldanha, César Lattes e milhares dos/as melhores filhos/as da classe trabalhadora.

Somos a origem da esquerda brasileira, contudo, não nos transformamos no maior partido desse campo ideológico. Porém, germinamos no processo histórico brasileiro as lutas mais férteis da nossa classe e iluminamos, com passos seguros, nas trevas ou na luz do dia, a trilha das lutas que procuram o sentido da revolução brasileira, pois, somos o PCB, o longo operador político da nossa classe.

Ao completarmos cem anos temos orgulho da nossa história de erros e acertos. Estivemos ao lado dos revolucionários que construíram as revoluções anticapitalistas pelo mundo, a exemplo da União Soviética, China, Coreia, Cuba, Vietnã e das democracias populares do leste europeu e da África. Combatemos ao lado da luta anticolonial e das ações revolucionárias pelo mundo. Somos, desde sempre, um partido internacionalista em defesa da revolução mundial.

Nessa longa história de lutas, jamais devemos deixar de reverenciar nossos fundadores, mas, também, os homens e as mulheres que lutaram para que pudéssemos estar aqui hoje. Figuras como Minervino de Oliveira, Octávio Brandão, Elisa Branco, Giocondo Dias, Carlos Marighella, Lindolpho Silva, Maria Aragão, Mário Alves, José Maria Crispim, Yeda Maria Ferreira, Osvaldo Pacheco,

*Antonieta Campos da Paz, Horácio Macedo, Ana Montenegro, Dinarco Reis, Paulo Cavalcanti, Iraci Picanço, Gregório Bezerra, Maria Brandão, Zuleika D'Alembert, Adalgisa Cavalcanti e o lendário Luiz Carlos Prestes. Mas, precisamos rememorar, também, aqueles militantes históricos que tiveram seu sangue derramado quando lutavam em defesa da classe trabalhadora, das liberdades democráticas e contra a opressão. Não esqueceremos jamais nossos 43 mártires assassinados pela ditadura burgo-militar de 1964: Ivan Rocha Aguiar (estudante), Antogildo Pascoal Viana (operário), Carlos Schirmer (operário), Pedro Domiense de Oliveira (carteiro), Manuel Alves de Oliveira (militar), Newton Eduardo de Oliveira (operário), João Alfredo (camponês), Pedro Inácio de Araújo (camponês), Israel Tavares Roque (operário), Divo Fernandes D'oliveira (marítimo), Severino Elias de Melo (militar), Inocência Pereira Alves (Alfaiate), Lucindo Costa (funcionário público), João Roberto Borges de Souza (estudante), José Dalmo Guimarães Lins (jornalista), Francisco da Chagas Pereira (militar), Epaminondas Gomes de Oliveira (sapateiro), Ismael Silva de Jesus (estudante), Célio Augusto Guedes (dentista), José Mendes de Sá Roriz (militar), Davi Capistrano da Costa (militar), José Roman (operário), João Massena Melo (operário), Luiz Inácio Maranhão Filho (jornalista), Valter de Souza Ribeiro (militar), Afonso Henrique Martins Saldanha (professor), Elson Costa (caminhoneiro), Hiran de Lima Pereira (administrador), Jayme Amorim de Miranda (jornalista), Nestor Veras (camponês), Itair Veloso (operário), Alberto Aleixo (operário), José Ferreira de Almeida (militar), José Maximino de Andrade Neto (militar), Pedro Jerônimo de Souza (comerciário), José Montenegro de Lima (estudante), Orlando Bonfim (jornalista), Vladimir Herzog (jornalista), Neide Alves Santos (propagandista), Manoel Fiel Filho (operário), Feliciano Eugênio Neto (operário), Lourenço Camelo Mesquita (taxista) e José Pinheiro Jobim (diplomata).
Presentes, sempre!*

Apesar dos equívocos do pré-1964, a luta desenvolvida pelo PCB na construção dos movimentos populares e proletários, e na articulação da Frente Democrática foram fundamentais para derrotar a ditadura e plantarmos um novo tempo de liberdades democráticas com o fim do regime militar. Os anos 1980 foram tempos de confusão política e ideológica, se configuram como o pior tempo histórico da existência do PCB. Trata-se do mais profundo conjunto de erros da nossa história, quando o taticismo politicista tentou matar o operador estratégico. No entanto, a Fênix Vermelha soube operar sua depuração e organizar a nossa

MEMÓRIA

Reconstrução Revolucionária a partir de 1992.

Voltamos à centralidade das lutas proletárias e populares, colocamos na ordem do dia a estratégia socialista como formulação central para orientar a ação tática. Construímos instrumentos de combate à sociabilidade da sociedade capitalista, a exemplo do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), Coletivo Negro Minervino de Oliveira (CNMO) e o LGBTComunista; avançamos na organização de nossas frentes de massas a exemplo da União da Juventude Comunista (UJC) e a Unidade Classista (UC). Não somos ainda o maior partido da esquerda brasileira, mas não teremos lutas da nossa classe sem a presença convicta do PCB.

Vivemos um grave momento histórico. A ordem do capital e seu estafeta no Palácio do Planalto tentam movimentar hordas neofascistas no sentido da ruptura golpista. O agitador fascista e genocida, Jair Bolsonaro, quer dizimar a população com a sua total irresponsabilidade diante do extermínio causado pela Covid 19. Precisamos derrotar o miliciano, organizar a luta pelo impedimento do governo de extrema direita, lutar por vacinação já para todos/as, exigir o auxílio emergencial integral, combater a carestia e defender o emprego/trabalho, ao tempo que devemos lutar ao lado da classe trabalhadora pela sua reorganização. Temos que criar condições adequadas para

a luta.

Nesses cem anos de luta, fomos vitoriosos, mas também derrotados. No entanto, soubemos fazer a autocrítica necessária e reorganizar nossas bandeiras e ações, para operarmos na luta de classes. Nossa luta é anticapitalista, anti-imperialista e em defesa da humanidade. Nos batemos contra a exploração e as opressões da sociedade burguesa, sempre na perspectiva da revolução brasileira e do projeto socialista.

Hoje, nós, comunistas brasileiros, estamos completando cem anos de lutas que marcaram a história do Brasil e do mundo. Afinal, muitos dos nossos militantes lutaram na guerra civil espanhola, na resistência francesa e nas batalhas da segunda guerra mundial na Europa. O que sempre nos guiou foi a procura pela revolução e a perspectiva do socialismo. Durante essa longa jornada, o sangue dos nossos camaradas se confundiu com o vermelho da nossa bandeira e adubou o solo fértil das nossas lutas nas batalhas que a nossa classe desenvolveu no Brasil e no mundo. Com essa história e com essas convicções reafirmamos que estamos aqui em defesa da humanidade, porque Fomos, Somos e Seremos Comunistas.

Viva os cem anos do PCB!

Viva o Poder Popular no rumo do Socialismo!

PCB
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
100 
ANOS
1922 - 2022